

***“Cada brasileiro receba a parcella do insulto que lhe cabe”:
regionalismo, separatismo e bairrismo no processo de
mobilização cearense durante a Guerra de 1932***

Raimundo Helio Lopes*

RESUMO

Este artigo se propõe a analisar parte da campanha de mobilização que aconteceu no Ceará durante a Guerra de 1932. Tentando evitar que a guerra se espalhasse pelo país, houve uma intensa campanha de legitimação e mobilização favorável ao Governo Provisório. Nesses discursos, a temática do exacerbado regionalismo paulista aparece com frequência. Assim, várias matérias, textos e discursos separatistas e preconceituosos atribuídos aos articuladores da guerra em São Paulo circulavam no Ceará. Mais importante que atribuir a veracidade a esses textos, é perceber como eles foram recebidos pela população e pela imprensa.

PALAVRAS-CHAVE: Guerra de 1932 – regionalismo – mobilização – Ceará

ABSTRACT

This paper tries to analyse a part of the mobilization campaign that happened in Ceará during the War of 1932. Trying to prevent the spread of the war to the rest of the country, there was an intense legitimacy and mobilization campaign in favour of the Provisional Government. In those speeches, the theme of exacerbated “paulista” regionalism appears frequently. In this way, a lot of separatist and prejudiced articles, texts and speeches attributed to the war’s instigators in São Paulo circulated in Ceará. More important than to verify the truth of those articles, is to understand how they were receive by the local population and press.

KEY WORDS: War of 1932 – regionalism – mobilization – Ceará

* Mestrando em História Social, Universidade Federal do Ceará.

A Guerra de 1932, mais conhecida como Revolução Constitucionalista, foi o maior combate bélico que houve no Brasil no século XX. Suas motivações imediatas foram as disputas em torno de uma nova constituição e as insatisfações de grande parte das elites paulistas com os novos rumos que o Governo Provisório imprimia no Brasil. Esse conflito, contudo, teve uma amplitude bem maior do que se pensava a bem pouco tempo. Mesmo com a maioria dos trabalhos concentrando sua análise a partir de São Paulo, não há dúvidas de que Getúlio Vargas e seus aliados agiram em todo o Brasil para evitar a expansão da luta e angariar apoio de diversas formas para a sua defesa. (HILTON, 1982 e De PAULA, 1998)

A forma de apoio mais concreta dos outros estados da federação consistiu na convocação para a luta das unidades oficiais do Exército Nacional distribuídas pelo país. Várias Regiões Militares, Batalhões de Caçadores, Regimentos de Infantaria, Artilharias Montadas, dentre outras, foram para o *front* de batalhas lutar contra os revoltosos em armas. Além disso, houve a arregimentação de várias forças voluntárias para o combate. Logo no início da guerra, essa se tornou uma opção viável já que nos primeiros dias de conflito diversos interventores ofereceram batalhões provisórios para o combate, como os de Sergipe, Alagoas, Espírito Santo, Piauí, Bahia, Paraná, Minas Gerais e Rio Grande do Sul (HILTON, 1982, p. 170-184). Pelo que se pôde perceber na documentação, entretanto, a maioria formou-se no Norte.¹

No caso do Ceará, partiram para a luta dois escalões oficiais do 23º Batalhão de Caçadores e quatro contingentes compostos por tropas voluntárias, formando um total de quase três mil combatentes. Destes, cerca de 1.890 estavam ligados aos batalhões provisórios.² Esses números assumem maior vulto quando se percebe que a guerra durou relativamente pouco tempo, 85 dias, já que teve início em 9 de julho e término em 2 de outubro do mesmo ano. Em outras palavras, houve, em um curto período, uma massiva adesão à defesa do Governo Provisório no Ceará, e no Nordeste, durante a Guerra de 1932, como é possível perceber através do alistamento voluntário para as

¹ As instituições de pesquisa que visitamos e que guardam a maior parte do acervo sobre a Guerra de 1932 são o Arquivo Histórico do Exército, o Arquivo Nacional e o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV), todos na cidade do Rio de Janeiro.

² Esses números são construídos a partir de Jornal O Povo, 01 de outubro de 1932 e Ofício nº 1334, Livro de minutas de ofícios de 1932 – 4º trimestre. Arquivo Público do Estado do Ceará, Fundo: Governo do Estado do Ceará, Grupo: Chefatura de polícia, Sub-grupo: Corpo de Segurança Pública do Estado, Série: Minutas de Ofícios, Livro 92.

frentes de combate. Procurar entender essa intensa movimentação requer averiguar uma série de relações que se amalgamam nesse conturbado contexto.

Um primeiro ponto importante para entender a adesão de muitas dessas pessoas foi a seca que assolava a região. Em 1932, mais uma vez o Nordeste convivía com a estiagem e grande número de pessoas sofria devido à falta de chuvas, fazendo com que, desde janeiro desse ano, os primeiros retirantes começassem a chegar à Fortaleza. Junto com eles, em todo o estado foram registradas várias ações de massas, como saques, totalizando 17 conflitos deste tipo. Nesse ano, também, a política dos Campos de Concentração é retomada. Iniciado em 1915, esses campos consistiam em locais onde os flagelados eram confinados, para receberem assistência e alimentos, e não invadirem as cidades. Em 1932, foram construídos sete campos nas cidades de Ipu, Quixeramobim, Senador Pompeu, São Mateus, Crato e dois em Fortaleza. Em janeiro de 1933, foram registradas 89.431 pessoas confinadas nesses locais (NEVES, 2000 e RIOS, 2004).

Dessa forma, fica patente que muitos voluntários eram retirantes que optaram pelo alistamento para fugirem da fome e da miséria que os castigavam. As tropas, contudo, não eram formadas exclusivamente por pessoas que sofriam com a seca. Muitos dos alistados eram trabalhadores, funcionários públicos, empregados do comércio de Fortaleza, reservistas do Exército e até promotores. Percebe-se que a análise não deve ser restrita ao binômio seca-guerra, mas deve buscar compreender o envolvimento maior da população no conflito e o impacto que ela, a guerra, teve no estado.

É importante destacar que Vargas já possuía uma forte base na região durante a corrida presidencial de 1930, e vários setores apoiavam muitas de suas propostas (SOUZA, 1982 e PANDOLFI, 1980). Além disso, durante a Guerra de 1932 houve uma forte campanha no Ceará objetivando dois pontos centrais: legitimar a luta contra os revoltosos, a partir de uma memória-histórica sobre a Primeira República e a “Revolução de 1930”, e mobilizar a população para a causa bélica, estimulando a luta contra os ideais inimigos, não apenas a partir do alistamento voluntário, mas também estreitando os laços entre o povo e o governo.

A campanha de mobilização teve várias formas de ação concomitantes: passeatas, *meetings*, comícios, distribuição de panfletos, festivais, campanhas de arrecadação de donativos, diversas ações do Clero Cearense, movimentações do Exército Nacional e intensa campanha da imprensa local. Sobre os jornais, percebe-se

que durante a guerra eles assumem uma nova configuração, destinando grande parte de suas páginas para o conflito. Até mesmo assuntos recorrentes nos periódicos, como a seca, perderam espaço para o combate nacional. Todo esse papel cotidiano da imprensa em torno da mobilização para a guerra parece ter sido eficiente, fazendo com que os ideais de defesa do Governo Provisório circulassem pelo estado. É plausível pensar que, a partir de suas páginas, a guerra era discutida na cidade tanto no que se refere ao Ceará como ao restante do país, pois seu envolvimento com a luta não se limitava às fronteiras locais.

Nesses jornais, as discussões políticas sobre São Paulo ganhavam ares de conflito. Na imprensa cearense, muito foi produzido para rebater as argumentações paulistas que legitimavam a guerra contra Vargas. A imprensa de ambos os lados vinha mostrando que não só canhões e trincheiras ganhavam guerras. No caso do Ceará, como é óbvio, os parâmetros da legitimação eram outros, mas as questões levantadas pelos inimigos não foram esquecidas.

II

Em São Paulo, a campanha de mobilização para a guerra foi sem precedentes: vários comícios, passeatas, discursos, manifestos, proclamações, campanhas populares e jornalísticas marcaram o cenário político e social daquele estado desde o final de 1930 até o início da Guerra de 1932. Nesses anos, foram fortes as disputas internas dentro do estado, o que torna ainda mais complexo o processo que leva a luta armada. Procurava-se, com essa mobilização, mostrar ao Governo Provisório a força de São Paulo, sabidamente a unidade mais rica da federação, contra os rumos da política nacional (Borges, 1992). No restante do país, contudo, a mobilização pró-Vargas também possuiu grande impacto, estando intimamente ligada com as discussões produzidas no estado bandeirante.

Vavy Pacheco Borges, analisando profundamente os anos antecedentes da guerra em São Paulo, ressalta que os elementos que a esclarecem são a insegurança e medo que as classes conservadoras paulistas tinham em relação à atuação política dos militares, o temor da ação das “massas” urbanas nesse momento de instabilidade que poderia caminhar para uma vertente mais radical, as inseguranças e medos que as alterações do modelo político-social feitas pelas novas propostas do governo imprimiam

na realidade política do país, além dos interesses contrariados da elite paulista desde os primeiros meses após a vitória da Aliança Liberal criando um clima de “revolução contra São Paulo” que foi alimentado por um sentimento regionalista paulista já atuante no estado há alguns anos. Nas palavras da própria autora:

Esses elementos se encontram imbricados e não separados; seu conjunto comanda as avaliações e as tomadas de posições dos representantes das ‘classes conservadoras’. Percebe-se nas falas que existem fatos e/ou possibilidades que os políticos não querem aceitar ou dos quais não podem abrir mão, sendo que alguns aparecem por vezes como vitais; a tênue linha dessa diferenciação é muito difícil de se traçar. (BORGES, 1992, p. 184)

Esses elementos estiveram presentes nas discussões cearenses – e nordestinas – durante a guerra, alguns com mais destaque e intensidade do que outros.

Tanto para os contemporâneos do movimento em São Paulo quanto para a vasta produção memorialística construída pelos participantes, a grande causa que levou à guerra foi a perda da autonomia imposta pelo Governo Provisório logo após a vitória em outubro de 1930. Para os articuladores paulistas da guerra o fim da autonomia refletia-se em dois aspectos: a imposição de um interventor “estrangeiro”, militar e não paulista ao estado e as incertezas acerca da constitucionalização do país que tanto demorava. Esses dois elementos desagradavam o povo paulista, personificado e homogeneizado nesse contexto bélico, que pegou em armas para lutar pelo Brasil (CERRI, 2000). Não cabe aqui aprofundar os debates sobre a discussão desse tema, mas destacar como no Ceará a autonomia paulista e a reconstitucionalização nacional estiveram em pauta na campanha de mobilização local para a formação de tropas fiéis ao Governo Provisório.

No jornal *O Povo*, no editorial de 24 de agosto de 1932, era publicado um texto sobre a Guerra de 1932 em que se afirmava:

Reconhecemos que a Revolução faltou em grande parte o sentido político, e que São Paulo deveria ter sido entregue ao Partido Democrático, fortalecido pela ação do governo provisório. Mas a rebelião deflagrou quando já o grande Estado se encontrava entregue a si mesmo, servido por um secretariado escolhido pelo povo nos comícios da rua. (O POVO, 1932)

Essa afirmação foi baseada na medida adotada pelo presidente Vargas de nomear Pedro de Toledo, político civil e paulista, interventor de São Paulo, cedendo a uma

antiga reivindicação das lideranças políticas do estado que o apoiaram, em especial o Partido Democrático. O PD foi fundado em 1926, oriundo das disputas em torno do Instituto do Café e descontentes com a política do Partido Republicano Paulista (PRP), formado pela oligarquia dominante do estado. A criação do PD pode ser tomada como um marco que cristalizou as discordâncias no interior da classe dominante paulista, em relação à forma de governo oligárquica e coronelística dos grupos que controlavam a economia e política paulista. Tentando vencer o PRP nas urnas, o PD se une à Aliança Liberal, que apoiava Getúlio Vargas. Depois que Vargas chegou ao poder essa aliança foi quebrada pelo fato do novo presidente não ter repassado o governo do estado ao PD, dando início a uma série de medidas contra o governo que desembocaram na guerra.

Nos jornais, a imprensa cearense era taxativa ao afirmar que:

Pelo o que se depreheende das proclamações em torno do movimento armado, que ora devasta o sul do país, não ha razão para esta luta de consequencias as mais desoladoras para a familia brasileira. A autonomia de S. Paulo fôra assegurada desde que os seus destinos se achavam entregues a um presidente civil, filho do grande Estado, que confiara as pastas do seu secretariado a elementos de confiança do povo bandeirante. Havia passado da hora da reacção contra uma política que ferira os brios civicos daquellas unidade federativa. Os erros commettidos, neste particular, pelo governo provisorio estavam reparados. (...) A reconstitucionalização do país não justifica, tão pouco, a deflagração da guerra fatricida, desde que todas as providencias estavam já sendo tomadas para a elaboração do novo pacto politico. (O NORDESTE, 1932)

Além de referir-se à questão do interventor civil e paulista, o editorial desqualifica a luta que tem como base a reconstitucionalização, pois afirma que as medidas para o seu desenrolar já tinham se iniciado. O texto faz referência, certamente, aos decretos que organizavam o processo de elaboração da legislação eleitoral, que culminaram com a sanção do Código Eleitoral em 24 de fevereiro de 1932 e a fixação da data das eleições para a Assembléia Constituinte em 3 de maio do ano seguinte (GOMES, 1980).

Em outra proclamação referente à guerra, afirmava-se que “o povo paulista ha de estar sentido a dura realidade dos factos e conhecendo que fôra tragicamente illudido pela filaucia demagogica de uns tantos indivíduos estragados pela politicagem, no vezo de um poder eterno”. Mais à frente, em um tom melancólico profetizava:

As viúvas e os orphãos hão e lhe trombetear aos ouvidos: “Onde estão meu esposo e meu pae?” “Onde estão os nosso filhos?” Dir-lhes ão as mães angustiadas. Onde as promessas garantidoras da victoria? E os politicos e militares que forjaram a intentona darão de hombros porque já não podem occultar a dura realidade dos factos. (O NORDESTE, 1932)

Nesse texto, os articuladores do movimento começam a aparecer: os políticos e militares que criaram a guerra. Em uma entrevista, o interventor cearense Carneiro de Mendonça deixava mais claro quem realmente a fez: “não podemos confundir São Paulo com os politiqueros, que aproveitando-se da tolerancia da revolução, impatrioticamente, sob o falso pretexto da constitucionalização, não tiveram escrupulos de atirar o país aos horrores de uma guerra civil” (O POVO, 1932).

Percebe-se claramente que a argumentação oficial que legitimava a guerra em São Paulo – a reconstitucionalização, um interventor civil e paulista para o estado, e um caráter unívoco de envolvimento total da população – era questionada nos discursos sobre a Guerra de 1932 produzidos no Ceará. Houve até mesmo uma ligeira crítica às primeiras posturas do Governo Provisório em relação a São Paulo, mas as tentativas de atender as reivindicações, com a nomeação de Pedro de Toledo e da legislação eleitoral, tornavam a luta ainda mais injustificada, abrindo espaço para outro aspecto de grande força que motivara os paulistas à luta.

III

Esse outro aspecto presente na mobilização em São Paulo, como foi anunciado um pouco mais acima, era o regionalismo paulista. Sem dúvidas, esse elemento esteve vivo nos discursos paulistas, que constantemente ressaltavam as glórias do estado bandeirante e de seu povo, através de vários símbolos e discursos (BORGES, 1997). Assim como os debates acerca da autonomia e da constituição, esse regionalismo não se limitou a São Paulo, ganhando uma força considerável no processo de mobilização no Ceará.

No jornal *O Povo*, foi publicada uma longa matéria intitulada *Como um dos chefes paulistas julga o Homem e a terra do Nordeste*. Segundo o relato, durante o governo do presidente de Epitácio Pessoa, foi constituída uma comissão para percorrer o Nordeste e trazer suas impressões sobre a região e as obras contra a seca. Esta

comissão era formada por Simões Lopes, Candido Rondon e Morais Barros, este, segundo o jornal, “político bandeirante e também chefe civil da atual rebelião de S. Paulo”. Dessa expedição foram produzidos alguns textos que circularam na imprensa do Rio de Janeiro que trataram como “derrotistas” o homem e a terra do Nordeste. Esses textos foram justamente atribuídos a Paulo de Morais Barros.

Ainda segundo a matéria, o Sr. Charkes Comstock, engenheiro norte-americano superintendente da Dwight P. Robison Co., em 16 de agosto de 1923, enviou ao Sr. Miguel Arrojado Lisboa (Inspetor Geral das Obras contra as Secas) uma carta de protesto sobre tamanhos insultos. Segundo ele:

Li atentamente e com cuidado a série de artigos do ‘Jornal do Brasil’ de 27 de julho a 8 de agosto, relativos as obras no nordeste do Brasil. (...) De um modo geral, o Dr. Morais e Barros discute o programa do Governo a respeito da obras contra a seca sob o ponto de vista de que o povo do Nordeste não vale trabalho e dinheiro que hão de custar estas obras. Ele diz, com efeito, que os habitantes da região assoladas pelas secas SÃO PIGMEUS DE MÁ COMPLEIÇÃO SEM INTELIGENCIA E FALHOS DE ENERGIA E INICIATIVA. (O POVO, 1932)

O autor da carta continuou desqualificando o texto de Morais Barros e elogiando os nordestinos por mais tempo, ressaltando que a baixa estatura e a pouca educação são frutos da pobreza da região e falta de alimentos. É bastante interessante como essa matéria surge na imprensa cearense: explicou-se, logo no início da matéria jornalística, que esta missiva “foi gentilmente confiado por nosso ilustre patrício Sr. Antônio Fiúza Pequeno, figura de projeção no comercio de Fortaleza”.

Outro texto muito peculiar também circulou nesse período com o título *Como os paulistas rebelados tratam o norte*. Segundo o redator, esse material chegou à redação por uma carta assinada por A. Santos Cunha, ao diretor do jornal *Diário da Manhã* de Recife, em 19 de julho de 1932. Ainda segundo a descrição, a notícia enviada fora publicada primeiramente no jornal francês *Le petit Parisien* e depois teve tradução no jornal *O Seculo* de Lisboa, em 19 de agosto de 1931. O missivista advertia que:

Pelo seu conteúdo, infere-se a injusta animosidade de certos paulistas pelas coisas do Norte, bem como a audacia e o embuste dos politicos reaccionarios que arrastaram aquelle grande Estado ao actual movimento sedicioso, disfarçado com pretenças reivindicações constitucionaes. O manifesto a que me refiro teve repercussão no estrangeiro, tendo chegado ás minhas mãos o anno passado, por intermedio de um amigo que se encontrava em Lisboa, e julgou

conveniente mandar-m'ó para transcrever aqui. (O NORDESTE, 1932)

Assim, nesse manifesto lia-se que:

- Paulista: Devemos lutar até nos libertarmos, duma vez para sempre, do peso morto que arrastamos: - o norte do Brasil, o Norte que não nos estorva, mas que nos detesta. Este Norte que até agora, só tem produzido poetrastos, profissionais da politiquice, bandidos, caçadores de dotes e pessoas que se vêm obrigados a ser soldados, para ganhar o pão quotidiano.

Não temos armas? Temos a mais poderosa deste mundo, o alvião. Como combater essa arma?

1º - Não pagando nenhum imposto. É com o nosso próprio dinheiro, de que se apoderam os nossos inimigos, que elles nos combatem.

2º - Não cooperando de forma nenhuma com os actuais usurpadores do poder e não tendo nenhuma relação com quem se dá com elles.

3º - Não adquirindo produtos que não sejam nitidamente paulistas. Começemos pelos cigarros, pelos medicamentos, pelas matérias-primas, etc..., até... o médico da Bahia.

4º - Nada comprado nos estabelecimentos de estrangeiros ou que tenham empregados estrangeiros.

5º - Não nos deixando guiar pelos jornais dirigidos por gente do Norte ou pelos seus partidários ('Diários associados', 'Folha da Manhã', 'Folha do Norte')

6º - Lembrando-nos, sempre, de que o peor inimigo do paulista é o brasileiro do Norte.

“Assim venceremos a batalha a que nos levou o governo atual e da qual as nossas tradições nos obrigam a ser vencedores.

“Paulistas! Convidemos o povo do Paraná, de Santa Catharina e de Matto Grosso, para, unidos, formar uma NOVA REPÚBLICA. Viva o Partido Separatista!” (O NORDESTE, 1932)

Nesse mesmo dia também foi publicado *Mais um lemma aviltante dos rebeldes paulistas*. Essa proclamação foi conseguida, segundo o periódico, juntamente com um sargento da Força Pública de São Paulo que foi preso pelas tropas legais e levava com ele diversos papéis com os dizeres “Paulistas! Por São Paulo com o Brasil se for possível, contra o Brasil porque é preciso”. No final da notícia aparecia a seguinte afirmativa: “Isto é demais expressivo para comentários. Cada brasileiro receba a parcella do insulto que lhe cabe”. (O NORDESTE, 1932)

Em *O Povo* de 22 de agosto, mais uma vez textos nesse tom surgem. Agora com o título de *S. Paulo e os nordestinos – Agora não é só desprezo: é ódio aos Estados do Norte*, e tendo chegado ao Ceará por “via aérea de um correspondente especial” do Rio de Janeiro, afirmava-se que:

Os nordestinos aqui residentes e que têm conseguido receber correspondência de S. Paulo sabem que é terrível o odio dos paulistas contra o norte. O estado de ânimo dos bandeirantes deixa entender que se o nordeste foi sempre desprezado pelo sul, hoje se houvesse a hipótese de, na Constituinte, S. Paulo reconquistar sua hegemonia política, não haveria aumento de desprezo, mas guerra de extermínio ao nordeste, que passaria a ser novamente uma região abandonada e exposta a combate impiedoso contra suas aspirações econômicas. Os nortistas que se acham dentro de S. Paulo estão clamorosa e injustamente boicotados pelo exaltado bairrismo daquela gente. Sofrem as mais duras humilhações e bem dizem a reação oposta pela ditadura ao rancor dos nossos desencaminhados patricios, para os quais o resto do Brasil nada representa e nada merece. (O POVO, 1932)

Nesses vários textos, alguns elementos ganham destaque. É interessante notar que todos eles são precedidos por notas explicativas acerca de sua elaboração e origem, construindo um caráter de verdade para esses discursos. Ao ressaltar os autores, onde foram inicialmente propagados e como chegaram à redação dos jornais, as pessoas que liam tais matérias articulavam diversos elementos que estavam ligados a elas, como políticos influentes, vários jornais do Brasil e do exterior e até mesmo um comerciante afamado da cidade, ressaltando a força e difusão desses discursos. Outro ponto pertinente é perceber que alguns desses são classificados como anteriores à guerra, destacando que essa possível postura é bem mais ampla do que a própria luta, apesar do conflito aparecer como ponto máximo dessa divergência. Não à toa, alguns reaparecem na imprensa cearense: os apoiadores de Getúlio sabiam que essa discussão ganharia peso no jogo político, por isso colocaram-na novamente em pauta nesse momento. Mesmo assim, não cabe aqui discutir a veracidade desses discursos, mas entender o peso que esse elemento teve no processo de mobilização no Ceará.

Esses textos tratam de um elemento pouco explorado quando se estuda a Guerra de 1932: como a ideia que exacerba e valoriza São Paulo foi vista e ressignificada nos outros estados da federação durante o conflito. Nessa produção, a região Nordeste (“o Norte”) aparecia como um estorvo que é carregado e sustentado pela riqueza paulista, e sua população é descrita de um modo preconceituoso e humilhante. Nesse contexto, esses textos são atribuídos a articuladores e participantes diretos da guerra, o que torna mais grave as acusações, já que a vitória de São Paulo poderia representar a execução política dessa discriminação, cogitada até mesmo como “guerra de extermínio”. Além disso, a ideia de separatismo paulista apareceu com frequência nesses discursos.

A existência de uma corrente separatista e discriminatória em São Paulo não era novidade. Emília Viotti da Costa já fala da existência desse grupo nos anos finais do Império, mas ressalta que os adeptos eram bem menores do que em 1932 (COSTA, 1987, p. 312). Segundo Durval Muniz de Albuquerque Jr., na década de 1920 é recorrente na imprensa paulista textos que constroem uma idéia de Nordeste a partir do exótico, pitoresco e de uma inferioridade em relação a São Paulo, contribuindo para consolidar a idéia de regionalismo entre essas regiões: “o regionalismo paulista se configura, pois, como um ‘regionalismo de superioridade’, que se sustenta no desprezo pelos outros nacionais e no orgulho de sua ascendência européia e branca” (ALBUQUERQUE JR., 2001, p. 45).³

Durante a guerra, o caráter bairrista e separatista foi ressaltado em São Paulo: “Percebe-se uma exacerbada ênfase em um ‘inimigo externo’ e o xenofobismo é fortíssimo. Nesse período (assim como logo após a derrota do movimento de julho de 32) existem notícias de boletins e volantes separatistas e de músicas com letras de conotação separatista. Um jornal clandestino, *O Separatista* circula em três números” (BORGES, 1992, p. 47). Durante a Guerra de 1932, segundo Jeziel de Paula, houve em São Paulo grupos regionalistas, bairristas e separatistas, mas não se pode exagerar na força dessa corrente nem menosprezar os seus ideais nacionalistas em relação ao movimento: eles defendiam um projeto de nação distinto do que propalava o Governo Provisório. A partir de uma análise sobre as fotografias do conflito, o autor constata em várias manifestações paulistas a bandeira do Brasil, o que mostra a existência de ideais nacionais por parte dos revoltosos. Os discursos varguistas, ainda segundo de Paula, propagavam um regionalismo excessivo de São Paulo, identificando como “paulista” todos os inimigos do governo, contribuindo para a criação de mito separatista: “tal corrente secessionista representava uma gota de separatismo diluída em um oceano de brasilidade” (De PAULA, 1998, p.219).

De uma forma ou de outra, esses discursos estavam presentes nos debates cearenses sobre a guerra, ganhando especial destaque pela recorrência e forte apelo junto à população. Em mais um desses textos, outros elementos aparecem. Foi enviado ao Interventor, pela Legião 5 de Julho⁴ sediada no Rio de Janeiro, pedindo “maior

³ Um dos textos utilizados por Durval Muniz é de Paulo de Moraes Barros, publicados em *O Estado de São Paulo* a partir de 16 de agosto de 1923. Acreditando na data atribuída pela fonte acima mencionada e pelas semelhanças nas descrições acerca do Nordeste, é possível que seja o mesmo texto citado na imprensa cearense, publicado em jornais diferentes.

⁴ Essa legião aparece diversas vezes na imprensa local como um órgão de auxílio às forças federais.

publicidade jornaes Estados”, um suposto discurso do governador paulista aos “cônsules estrangeiros”, no qual almejava reconhecimento da beligerância de seu estado. Nesse discurso, Pedro de Toledo teria dito que:

Não é possível que seja esmagado um povo o mais empreendedor e progressivo desse belo país, e os chefes que o conduziram ao elevado grau de civilização atual precisamente por uma casta radical que através de todos os Estados está recrutando para a luta inglória os elementos que ainda mantem o espirito aventureiro de passadas eras ou que ainda não foram atingidos pelos beneficios da civilização e assim se prestam hoje como ainda se prestarão durante muitos anos a servir á causa da violencia tangidos agora pelos delegados desta casta como foram hontem no Contestado, no interior de Minas ou no Nordeste brasileiro pelos Silvinos e Lampeões. (O POVO E O NORDESTE, 1932)

Desta vez os jornais que publicaram a matéria se propuseram a respondê-la. Classificando como lamentável a argumentação, *O Povo* afirmou que:

Ao mesmo tempo em que se roja aos pés dos consules, rogando amparo alienigena cobre de apôdos os Estados do norte brasileiro, onde é mais forte, por menos caldeado, o sentimento de brasilidade. Não nos atingem os conceitos depreciativos ora redigidos (...). Se não somos civilizados bemdito obscurantismo que não nos fez abjurar o culto de nossa grande Patria. E regenerada seja a cultura civica que de armas nas mãos forceja por fragmentar a maior nação da America do Sul e uma das maiores de todo o globo. (...) Aqui a natureza é contra nós e a União até ha um ano atraz nos foi madrasta. (...) Devemos a nós mesmos tudo quanto sabemos e que jamais nos quizeram ensinar. O nosso papel historico ha de ter cabal desempenho. (O POVO, 1932)

Hugo Vitor, redator d’*O Nordeste*, respondeu em tom mais ácido:

O norte está bem longe de ser atingido pela insania derrotista dos rebeldes kinglerianos. Não somos o povo bárbaro que elle, na ignorancia “diplomática” das coisas do Brasil, pintou aos representantes estrangeiros. Si não atingimos o gráo adeantamento dos paulistas é que a nossa vida toda temo-la vivido por nós proprios, com o encargo, ainda, de fazer S. Paulo, na persuasão de que certos paulistas fossem dignos dos ingentes sacrificios em prol do filho privilegiado na nação. No terreno pratico, material. Porque nos embates civicos nunca será para nós demasiado o orgulho das lutas reivindicadoras da nacionalidade, desde a aurora do Equador ao radioso Sol da Emancipação servil, que os paulistas procuraram ofuscar com a nuvem do escravagismo.

O articulista continuou sua argumentação levantando o nome de alguns “bárbaros” da região, como Rio Branco, Araujo Lima, Castro Alves, José de Alencar, Joaquim Nabuco, Capistrano de Abreu, Gonçalves Dias, Clovis Bevilhaqua, dentre outros. Por último, lembra o “mais que todos” Rui Barbosa, “que em Haia firmou com caracteres indeleveis, no conceito dos povos mais cultos do universo, o nome nacional, como delegado da Republica dos Estados UNIDOS do Brasil” (O NORDESTE, 1932).

Nesse debate, a imprensa cearense refutava a idéia de incivilizados, afirmando que a região foi vítima de dois cruéis algozes: a natureza hostil e a falta de ajuda republicana, esta beneficiando São Paulo e enriquecendo-o. Toda essa riqueza e civismo, contudo, voltavam-se agora contra a pátria, em uma luta que, segundo os jornais, procurava fragmentá-la. Mesmo com tamanha adversidade, a região Nordeste conseguiu frutos louváveis, como o pioneirismo no fim da escravidão (associada aos paulistas) e ser terra-mãe de ilustres filhos que contribuíram para a grandeza do Brasil. Nesse contexto de luta interna, elementos que ressaltavam a unidade nacional eram exaltados, associando o lado inimigo a uma guerra injusta e separatista, o que só causaria ônus a todos. Assim, a defesa da nação passava pela valorização de aspectos regionais em benefício da reafirmação da nacionalidade, principalmente nesse momento de guerra contra um inimigo que historicamente se constituía como um filho ingrato e rebelde que ameaçava separar-se.

A valorização do Norte nesse momento se materializava nos batalhões enviados aos campos de batalha. Em um texto assinado por Affonso de Carvalho, diretor do jornal *O Radical* do Rio de Janeiro, a população da região era convocada para luta:

Soldados do Norte! A capital da Republica teve hontem ocasião de applaudir mais dois batalhões das vossas gloriosas plagas: um, do Rio Grande do Norte e outro de Alagôas, a terra dos marechaes. Soldados do Norte! Symbolos heróicos da raça brasileira, cujas energias se caldearam no soffrimento e no sacrificio; soldados, émulos das bravuras dos guerrilheiros de lutas hollandesas e dos caboclos destorcidos, que fiseram de Vidal Negreiros, Camarão e Henrique Dias, a gloriosa trindade da formação brasileira; patricios dos jangadeiros nordestinos, cuja bravura indomita só é comparavel á das ondas encapelladas dos verdes mares bravios. O Brasil precisa de vós. E aqui estaes para, juntamente com os vossos irmãos do Centro e do Sul, defender o Brasil e São Paulo dos que, com explosões de um regionalismo tacanho e cócegas de um separatismo absurdo, tentam contra a tranquillidade da familia brasileira e do fortalecimento da unidade nacional. (O NORDESTE, 1932)

Nesse discurso, ficava clara a importância da região para a formação da nação, já que era no Nordeste onde as três raças se cruzaram para formar o povo brasileiro. Tendo sua história sido marcada por heróis, o país precisava de seu povo. Inspirados por essa tradição heróica, buscava-se fortalecer a construção de uma coesão regional nesse momento conturbado em benefício da força nacional que era ameaçada pela guerra. Continuando com sua argumentação, o autor tenta deixar claro quem eram os inimigos:

Sabeis quaes são os vossos, os nossos inimigos? Os politicos profissionaes, os regionalistas, os separatistas, que conseguiram illudir parte do grande povo paulista. Á garridice da rhetorica e ás flammas dos hymnos á vossa bravura e tenacidade, eu prefiro contar-vos, apenas dois episodios. Num banquete ha pouco realizado na Paulicéa, em homenagem ao autor do livro O Caso de São Paulo, sabeis vós qual foi o homenageado no brinde de honra? – Lampeão! Sim, Lampeão, porque, segundo o orador, o bandido dos bandidos prestava aos separatistas de São Paulo o favôr de dizimar alguns nortistas por dia. Estaes pasmados? Não é tudo. O mellifluo poeta Guilherme de Almeida, de subito arvorado em Thyrtu das phalanges de Sylvio de Campos e Frankenstein Morato, reclamou um dia contra o facto de São Paulo gastar cem mil contos para ser patricio de Lampeão. E esqueceu-se o mavioso bardo de agua de flor e mel de abelha que até agora elle nada pagou ao Brasil para ser patricio de Ruy Barbosa, Castro Alves, Gonçalves Dias, etc... Norte glorioso, Avante! Eu vos saúdo! Contemplando-vos como Tobias Barreto viu Pernambuco, num symbolo de glorias do mais puro valor nacional: Tu tens nas unhas de Pedra Cabello e sangue hollandês. (O NORDESTE, 1932)

Nessa última parte, a valorização retomou alguns pontos já explorados nos textos locais, como uma memória histórica da região exaltando heróis e a atitude xenófoba de alguns paulistas. Partindo para o ataque mais direto, o jornalista descrevia histórias de líderes paulistas que ameaçavam o povo nordestino, já que exaltavam a morte da população local, além de reforçarem as atitudes separatistas e discriminatórias. Nesse contexto bélico, os nordestinos eram valorizados pelos apoiadores do Governo Provisório, e no campo de luta não poderia ser diferente. Mais uma vez a matéria publicada vem do jornal carioca *O Radical*:

O “Radical” está publicando o “Jornal de Campanha”, de official que assigna capitão Z, com impressões da frente Léste. Hoje diz o “Jornal”: “Uma das revelações mais surpreendentes que esta campanha me deu foi o soldado do Norte. Nascido e educado no Sul, eu não conhecia o soldado do Norte. Foi para mim um espanto, uma surpresa. É um optimo soldado. Valente como um leão, calmo como um frade de pedra e resistente como o aço. Dêem-lhe um pedaço de carne e um punhado de farinha e ele brigará o um dia inteiro sem

cansaço, sem temor. É, pela resistencia e pela coragem, um dos melhores soldados que tenho visto. Seu impeto, no avanço, é terrível. Seu destemor pela morte é impressionante; sua resistencia é espantosa. Na trincheira é um modelo de valentia e disciplina. Mas tem um defeito: só pode estar na frente das operações, lutando. Toda vez que vae para a rectaguarda descansar, discute, se exalta, se espalha, faz barulho e dá trabalho. Entretanto, na hora da luta, é empolgante pela valentia, pela agilidade, pela resistencia. (O NORDESTE, 1932)

Nesses últimos textos, dois pontos se destacam. Primeiramente, é importante ressaltar que eles não foram produzidos no Ceará, mas no Rio de Janeiro, circulando na imprensa carioca e depois chegando às páginas locais. Tal medida ratifica a análise de Jeziel de Paula descrita acima, que vê como uma medida do Governo Provisório a produção e difusão de textos que definiam a luta paulista como separatista. O segundo ponto a ser enfatizado é que tantos os que denegriam como os que glorificavam a região nordeste e seu povo baseavam-se em estereótipos, reconfigurados nesse momento de luta para tornarem-se elementos políticos valiosos no processo de mobilização. Esses textos objetivavam sensibilizar a população para guerra a partir da identidade nacional e regional, ressaltando que a batalha era de todos os brasileiros. Mais do que lutar contra São Paulo, a guerra era a favor do Brasil.

Mais uma vez *O Radical* do Rio de Janeiro publicava matéria jornalista sobre os soldados nordestinos. Agora, especificamente, sobre as forças cearenses:

Ninguem ignora a valiosa contribuição do norte a causa unionista. Diariamente chagam ao Rio, vindos dos Estados do Norte, centenas de soldados, possuidos do mais são patriotismo, dispostos a sacrificarem a propria vida em defesa da integridade da Patria. Numa das minhas viagens à frente de Silveiras, quando o sol desaparecia na serra da Bocaina, em uma curva da estrada Areias-Queluz, o meu automovel parou para dar passagem a varios caminhões que conduziam tropas, com destino ao “front”. Era o 23º B. C. do Ceará, que seguia para as linhas de fogo, a combater os separatistas. Tive oportunidade de manter rapida palestra com alguns desses bravos. Um cabo, tipo legitimo do nordestino, que estava ao lado do “chauffeur”, sabendo que eu era jornalista, gritou: – Diga la no “seu” jornal, que “aqui” vai gente do Crato. Um outro acrescentou logo: – “Gente que morre brigando, mas não recúa”. (O POVO, 1932)

A presença de nordestinos na guerra era evidente, inclusive para os jornais da Capital Federal, que sempre se referiam a eles com elementos de bravura e patriotismo. Nesse momento, exaltar os aliados e denegrir os inimigos fortalecia o campo de luta. A mobilização possuía elementos que procuravam sensibilizar para a guerra a partir de

identidades regionais e nacionais, às vezes colocando-as em confronto em várias perspectivas.

IV

Como vimos, as forças provisórias nordestinas tiveram grande importância nos campos de luta. A opção pelas forças provisórias tinha o apoio de Getúlio Vargas e do Ministro do Exército, o General Espírito Santo Cardoso, mesmo com todas as disputas em torno dessa medida. Alguns generais mostraram-se contrários às forças provisórias.

Em circulares dirigidas aos interventores do Norte e do Nordeste, nos dias 14 e 15 de julho, o presidente informava da necessidade das forças voluntárias e da importância da incorporação de reservistas, visto a experiência prévia com o Exército. Além disso, anunciava a liberação de verbas para os batalhões através das delegacias fiscais dos estados e do Ministério da Fazenda (HILTON, 1982, p. 172).

Mais do que o dinheiro, era fundamental o envolvimento da população. Para isso, a campanha de mobilização buscava convencer o maior número de pessoas da importância da guerra e que os revoltosos eram motivados por um sentimento regionalista, além do anseio ao retorno do modelo político anterior a outubro de 1930. Esses objetivos paulistas eram encarados como deméritos aos nordestinos. Se o separatismo era defendido em São Paulo, no restante do Brasil, a guerra era pelo país unido e forte, sem privilégios para uma região específica, como fora no início da República.

Dessa forma, uma das diversas manifestações de mobilização comprovava que o Governo Provisório e seus apoiadores buscavam conquistar aliados para a defesa de seus ideais a partir de uma argumentação baseada nas disputas regionais. Nesse momento conturbado da nação, reforçar a trajetória política e as supostas conquistas e mudanças que promoveram significava mais que se opor ao inimigo: era também legitimar seu poder. Se a derrota dos inimigos garantiria a vitória na guerra, somente com um forte apoio da população, conquistado nesses anos iniciais, seu projeto político poderia ser concretizado. A vitória na guerra aumentaria a força do jovem governo, enquanto a derrota seria seu fim.

Frank D. McCann, em uma longa passagem, afirma que:

Essa guerra civil gerou o mito de que ela foi responsável por impelir Vargas a reconstitucionalizar o país. Mas como vimos, ele já havia marcado eleições para a Assembléia Constituinte, e seu diário deixa claro que seus sentimentos privados coincidiam com os que ele expressava em público. Longe de contribuir para o governo constitucional, a rebelião paulista acrescentou desnecessariamente mortes, despesas, confusão, traições e indisciplina a uma situação já farta de tudo isso; na verdade, provavelmente contribuiu mais para pavimentar o caminho para a ditadura cinco anos depois. O argumento de que a revolta forçou Vargas a cumprir sua promessa de providenciar uma convenção constitucional baseou-se na idéia de que ele era profundamente insincero e, se não fosse a pressão paulista, teria evitado formar a convenção. Como provar que ele estava ou não sendo sincero? A ausência de provas permitiu aos paulistas declarar que seu sacrifício não fora em vão. Mas a publicação, em 1995, do diário secreto de Getúlio deitou por terra esse argumento, pois agora sabemos o que ele estava dizendo a si mesmo naquela época. (...) O apressado retorno do país ao governo constitucional já estava a caminho, com data de eleição marcada para 3 de maio de 1933, quando a guerra começou. As reivindicações de autonomia estadual pelos paulistas haviam sido atendidas, inclusive com a transferência do comandante da região militar. Vargas observou que os paulistas haviam ficado tão satisfeitos com o governo do estado que ele nomeara que o haviam mantido por todo o período da revolta. (...) No mínimo, é hora de os historiadores reexaminarem a revolta paulista de 1932. (McCANN, 1932, p. 420)

E para esse reexame é fundamental atentar às especificidades de cada estado e o modo como cada um deles participou da guerra, através da experiência de vários sujeitos que se envolveram no movimento. Seja motivado pelo patriotismo defendido pelo governo, ou não. O Ceará esteve presente na formação dos batalhões provisórios e a mobilização foi construída no decorrer da guerra para ajudar nesse objetivo, atraindo e seduzindo a população a participar do conflito de diversas formas. Não menos importantes do que de armas em punho.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JR. Durval Muniz. *A invenção do Nordeste e outras artes*. Recife: FJN, Editora Massagana; São Paulo: Cortez, 2001.

BORGES, Vavy Pacheco. *Tenentismo e Revolução Brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.

BORGES, Vavy Pacheco. *Memória Paulista*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

CERRI, Luis Fernando. 1932 e as histórias oficiais. In: *Tempos Históricos*. Universidade Federal do Oeste do Paraná, V.2 N.1, 2000.

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. São Paulo, Brasiliense, 1987.

De PAULA, Jeziel. *1932: Imagens construindo a história*. Campinas/Piracicaba: Editora da Unicamp/ Editora Unimep, 1998.

GOMES, Ângela de Castro (org.). *Regionalismo e Centralização política: partidos e Constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1980.

HILTON, Stanley. *A Guerra civil brasileira: história da Revolução Constitucionalista de 1932*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

LEVINE, Robert. *Pai dos pobres? O Brasil na era Vargas*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

McCANN, Frank D.. *Soldados da Pátria: história do exército brasileiro, 1889 – 1937*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

NEVES, Frederico de Castro. *A multidão e história: saques e outras ações de massa no Ceará*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza, Secretária de Cultura e Desporto, 2000.

PANDOLFI, Dulce. A trajetória do Norte: uma tentativa de ascenso político. In: GOMES, Angela de Castro. GOMES, Ângela de Castro (org.). *Regionalismo e Centralização política: partidos e Constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1980.

RIOS, Kênia Sousa. *Campos de concentração no Ceará: Isolamento e poder na seca de 1932*. Fortaleza, Museu do Ceará/ SECULT, 2004.

SILVA, Hélio. *1932: A Guerra Paulista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

SOUZA, Simone de. *Interventorias no Ceará: Política e Sociedade (1930 – 1935)*. Dissertação de mestrado. PUC-SP, 1982.